

Governador acusa a Funai

Estiagem que se prolonga alarma prefeitos de PE

Da Sucursal do
RECIFE

Preocupados com a persistência da estiagem no sertão pernambucano, os prefeitos das cidades de Ouricuri e Ipubi visitaram as redações dos jornais do Recife para denunciar um início de seca. Mas os técnicos de órgãos estaduais, como o Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura, ou federais, como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, asseguram, contrariamente aos prefeitos, que "nessa época de verão é comum que falte água para o abastecimento das populações, o que não deve ser confundido com seca, no sentido agrícola".

Na redação do "Diário de Pernambuco", o prefeito de Ipubi, Expedito Diniz, queixou-se que "a chuva fina que caiu há poucos dias não durou trinta minutos e na lavoura já começaram a seca e o êxodo". O maior problema em Ipubi, segundo declarou o prefeito, "é o sistema de abastecimento de água, construído há seis meses e, até hoje por inaugurar".

O povo não se conforma em esperar ordem do governo, sabendo que existe água no reservatório. O administrador afirmou que foi obrigado a quebrar um cano e distribuir água, diante dos protestos da população.

A Diretoria Regional do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), no Recife, lembrou que "o verão seco e a ocorrência de uma seca só poderá ser caracterizada depois de março." Só na eventualidade disso ocorrer, o DNOCS acionará o plano de combate à calamidade, elaborado em conjunto com a Sudene e revisado anualmente. Os técnicos do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura ponderam que "é precipitado falar de uma seca sertaneja; só depois de fevereiro é que ela se configura, caso a estiagem persistir em toda a área". No último fim de semana, equipes técnicas do interior estiveram reunidas no Recife e partiram novamente para o sertão. A diretoria do órgão informou que "a partir dos comunicados recebidos anteriormente, a situação não é grave".

Do Correspondente e
da Sucursal

O governador do Maranhão, Nunes Freire, após um longo silêncio sobre o problema da invasão de terras indígenas no interior do Estado, afirmou, ontem, em São Luiz, que teve informações de que "o próprio pessoal da Funai estaria insuflando os índios a destruir a lavoura dos colonos". E fez uma advertência: "Teríamos condições de agir no momento preciso, seja com a ajuda da Polícia ou do Exército, podendo o juiz federal requisitar essa força, no sentido de manter a ordem, sem prejuízo para ambas as partes".

Mas, segundo o governador, o ministro Rangel Reis, do Interior, "ficou de tomar imediatamente as providências e garantir que entraria em contato com o presidente da Funai". Nunes Freire acrescentou que o ministro Rangel Reis foi "plenamente favorável às séas considerações", mas não deixou claras as suas opiniões sobre o fato de os índios guajajaras estarem declaradamente em luta contra os brancos que invadiram suas terras. De qualquer modo, a posição do governador Nunes Freire é ainda desconhecida, principalmente, porque, até o ataque

dos índios ao povoado de Marajá, preferiu se omitir, alegando que se achava impedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de tomar qualquer decisão sobre o problema de terras.

Averiguação

Mesmo assim, o governador revelou que enviará o secretário do Interior e Justiça, Pires Saboya, ao local do conflito para que "verifique como está a situação e a quem cabe a responsabilidade nesses constantes conflitos". Depois o governador explicou que, "para resolver a situação e compensar os índios pelas áreas perdidas, pederá abrir mão de uma área de terras devolutas do Estado. No entanto, as terras públicas ainda não foram discriminadas pelo Tribunal de Justiça".

Para os observadores, o governador Nunes Freire teria sido alertado pelo ministro do Interior para a complexidade do problema indígena no Brasil, e, possivelmente, da sensibilidade da imprensa e de determinados setores sobre a questão indígena. Por isso, o governador teria decidido recuar em sua posição de intransigência e até prometeu, embora de maneira reticente, colaborar com a Funai, "pois o governo abrirá mão, contanto que o problema seja resolvido".

Funai

Enquanto isso, a Funai confirmava, ontem, em São Luiz, que aproximadamente, dez índios do posto Sapucaia, atacaram e mataram o lavrador Teo-

doro José dos Santos, no dia 11 deste mês. A atitude dos índios, segundo a Funai, foi motivada pela agressão sofrida por um índio que fazia compras no lugarejo de Centro dos Betetas, próximo à reserva. Por outro lado, segundo informações do povoado de Arame, que tem parte localizada dentro da reserva dos guajajaras, nos últimos dias, a tensão aumentou bastante entre a população do lugar. Os moradores estão temerosos de que os guajajaras ataquem o povoado, como fizeram, em novembro, contra o povoado de Marajá, distante apenas 12 quilômetros.

No entanto, segundo indígenas, essa possibilidade está afastada porque os guajajaras são extremamente precisos e cautelosos em suas ações. Por isso, não se arriscariam a atacar, agora, o povoado de Arame, que se encontra tenso e preparado para um eventual ataque. Além disso, a Funai concordou em não abrir mão dessas terras porque considerou o povoado de Arame, com quase dez mil pessoas, grande demais e irreversível. E começou a trabalhar para convencer os índios a aceitar essa decisão.

Incrá

Com relação à situação dos índios guajajaras, no Estado do Maranhão, os técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária reiteraram, em Brasília, a posição já firmada anteriormente de que a solução deverá partir dos entendimentos que estão sendo mantidos entre a Funai e o governo do Estado, que poderá posteriormente firmar convênio com o Incra, objetivando o estabelecimento de novas terras para os posseiros, de acordo com a expectativa inicial dos especialistas do órgão.

Fonte: O Estado de S. Paulo
Data: 18/12/75
Pg.: 26
Class.: 31

CEDI
Povos Indígenas no Brasil